



7 • Correio Braziliense — Brasília, sexta-feira, 19 de abril de 2024

Bolsas Na quinta-feira	Pontuação B3 Ibovespa nos últimos dias	Dólar Na quinta-feira	Salário mínimo	Euro Comercial, venda na quinta-feira	CDI Ao ano	CDB Prefixado 30 dias (ao ano)	Inflação IPCA do IBGE (em %)
0,02% São Paulo	125.333	R\$ 5,250 (+ 0,12%)	R\$ 1.412	R\$ 5,588	10,65%	10,54%	Outubro/2023 0,24 Novembro/2023 0,28 Dezembro/2023 0,56 Janeiro/2024 0,42 Fevereiro/2024 0,83
0,06% Nova York	124.196	Últimos					
	15/4 16/4 17/4 18/4	12/abril 5,121 15/abril 5,185 16/abril 5,268 17/abril 5,243					

CUSTO BRASIL

Meio trilhão perdido com produto ilegal

Pesquisa da CNI revela que o país perde R\$ 453,5 bilhões com o comércio de mercadorias pirateadas ou contrabandeadas

» RAPHAEL PATI
» EDLA LULA

As perdas do Brasil com o comércio de mercadorias ilegais chegaram a R\$ 453,5 bilhões em 2022. É o que revela o estudo *Brasil ilegal em números*, divulgado, ontem, pela Confederação Nacional da Indústria (CNI). O prejuízo incluiu as práticas de pirataria, contrabando, fraude fiscal, roubo, sonegação de impostos e furtos de serviços públicos, como energia e água.

O estudo — que também foi conduzido pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan) e pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) — mostra que, do total, R\$ 136 bilhões equivalem a impostos que deixaram de ser arrecadados, enquanto R\$ 297 bilhões foram perdas consideradas nos 16 setores econômicos avaliados. O restante equivale às ligações clandestinas.

A pesquisa revela ainda que, nos 16 setores analisados, o mercado ilícito brasileiro foi responsável pela perda de cerca de 370 mil empregos diretos com carteira assinada em 2022. O mais afetado foi o de vestuário, com 67 mil postos de trabalho a menos. Outros setores, como o farmacêutico e o de combustíveis, também deixaram de empregar 20,7 mil e 15,5 mil trabalhadores, respectivamente, por conta desse mercado informal.

Em discurso durante o evento que apresentou o estudo, o ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, afirmou que o combate ao Brasil ilegal é uma realidade que se mostra “urgente e premente”. Ele ressaltou que, ainda quando

era presidente do Conselho Jurídico da CNI, no ano passado, o principal problema da indústria era a falta de segurança jurídica para o setor produtivo.

“O combate ao Brasil ilegal não se faz só com a força bruta, mas sobretudo com inteligência e cooperação do Estado com o setor privado e com a sociedade em geral. A segurança não é só um problema do Estado, mas um problema de todos e espero que nós enfrentemos isso de mãos dadas”, enfatizou Lewandowski.

Também durante a apresentação, o presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Ricardo Alban, destacou ser importante buscar as ‘torneiras abertas’ da ilegalidade. “Essas ilegalidades prejudicam a sociedade como um todo e permitem a entrada do crime organizado. Em um país com tantos hiatos sociais, se torna cada dia mais necessário, urgente e importante combater essas práticas. Não teremos melhora social sem o crescimento da economia”, pontuou.

Em entrevista ao *Correio*, o diretor da Fiesp e da Firjan na área de segurança, Carlos Erane de Aguiar, qualificou como “um desastre nacional” o valor bilionário do crime. “Ele atinge todo cidadão, atinge os governos municipais, atinge os governos estaduais, e atinge a União. E, na verdade, são recursos que equivalem a todo o PIB de Santa Catarina. São recursos que vão para o ralo, pois são impostos que deixam de entrar nos cofres públicos”, afirma Erane.

Para chegar a esse valor bilionário, foram pesquisados apenas 16 setores da economia. Por conta disso, os responsáveis pelo estudo acreditam que esse valor pode ser ainda maior. “Toda a sociedade

Brasil ilegal

Prejuízos financeiros e sociais revelam os efeitos negativos que a pirataria gera para o Brasil



ÍNDICE GLOBAL DE CRIME ORGANIZADO NA AMÉRICA DO SUL (TAXA DE CRIMINALIDADE)



Fonte: Brasil Ilegal em Números (CNI, Fiesp e Firjan, 2024) e Iniciativa Global contra o Crime Organizado Transnacional 2022.

deve ter essa consciência de que, quando adquire um produto ilegal ou pirata, todos perdem. São empregos que deixam de ser gerados em todo o país. Esse prejuízo financeiro poderia ser revertido em investimento em escolas, hospitais e segurança, principalmente, que é um tema, hoje, do

Brasil, que está muito carente”, completa o diretor.

Péssimo exemplo

De acordo com o Índice Global de Crime Organizado, publicado em 2022, o Brasil é o 22º país com o pior índice de

criminalidade no que tange ao comércio de produtos falsificados, ficando atrás apenas de Colômbia (2º), Paraguai (4º) e Equador (11º) na América do Sul.

Segundo o gerente de infraestrutura da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan), Isaque Ouverney, o valor perdido



Em um país com tantos hiatos sociais, se torna cada dia mais necessário, urgente e importante combater essas práticas. Não teremos melhora social sem o crescimento da economia”

Ricardo Alban,
presidente da CNI

com o furto de energia no país no ano passado é equiparado ao abastecimento de toda a região metropolitana de São Paulo por um ano. “A gente perde aqui valores que são cada vez maiores em termos de energia, em termos de água e esgoto, que são perdidos aqui todos os anos”, comenta.

De acordo com a pesquisa, somente os chamados ‘gatos’ (ligações clandestinas) de energia custaram R\$ 6,3 bilhões ao país em 2022. Como explica a CNI, o valor poderia ser utilizado em novos investimentos no setor, além da melhoria da qualidade do serviço no país, que tem sido alvo de críticas mais rotineiras este ano, como o caso dos apagões em São Paulo, por exemplo. No caso da água, as ligações irregulares causaram prejuízo de R\$ 14 bilhões em 2022.

PETROBRAS

Silveira admite abrir mão de dividendos

» HENRIQUE LESSA

O ministro das Minas e Energia, Alexandre Silveira, mudou um pouco o tom e indicou que não há impedimentos políticos para o pagamento de 100% dos dividendos extraordinários da Petrobras aos acionistas, mas pontuou que o governo ainda não tem uma decisão fechada sobre o tema. A expectativa é de que o governo feche uma posição sobre o tema antes da reunião ordinária do Conselho de Administração da empresa que ocorre hoje.

“Não existe uma decisão tomada até agora, até esse minuto, o que me impede de anunciar o que vai ser decidido. Mas não há, por nossa parte, nenhum óbice político, muito pelo contrário, isso é uma questão objetiva, uma questão que tem que se considerar”, disse o ministro, em um evento sobre gás natural, ontem, em Brasília.

Para Silveira, o equilíbrio fiscal é um ponto a ser considerado na decisão de pagar, ou não, esses valores. Ele, que seria um defensor da retenção dos dividendos extraordinários, demonstrou

que o alívio que traria nas contas públicas vai pesar no posicionamento do governo, que é o acionista controlador da companhia.

“Eu entendo que a Fazenda é relevante nessa decisão, em consequência da questão fiscal. É importante que a gente, cada vez mais, sinalize para as contas públicas, para que a gente mantenha uma política de continuidade, de diminuição dos juros. Faremos isso de forma extremamente serena e equilibrada para buscar, assim, uma decisão que ao mesmo tempo seja confortável com o plano de investimento da Petrobras sendo cumprido e, por outro lado, atenda ao interesse de equilíbrio fiscal, que é fundamental para o crescimento nacional”, ponderou.

Silveira minimizou a crise dos dividendos e disse que foi “mais barulho” em decorrência de ação especulativa do que algo real com a empresa.

“Eu digo que houve muito mais barulho do que fatos nessa questão toda da Petrobras. A empresa sempre foi respeitada na sua governança, os dividendos ordinários, que são obrigatórios”, frisou.

Fabio Rodrigues-Pozzebom/ Agência Brasil



Durante evento em Brasília, ministro sinaliza que dividendos extraordinários serão distribuídos

Depois dos desgastes nas últimas semanas, com a manutenção do presidente da Petrobras, Jean Paul Prates, Silveira recuou nas investidas

contra Prates e a disputa entre os dois pelo protagonismo no setor deve arrefecer. A trégua vale, ao menos, até a próxima quinta-feira, dia 25, quando a

assembleia geral de acionistas da empresa deve reeleger todos os cargos da direção e o Conselho de Administração da petroleira.

» Pela oitava vez, Pix é vazado, informa o BC

O Banco Central (BC) comunicou, ontem, que um total de 3.020 chaves Pix de clientes do Banco do Estado do Pará S.A. (Banpará) tiveram dados vazados. Esse foi o oitavo vazamento de dados desde o lançamento do sistema instantâneo de pagamentos (Pix), em novembro de 2020. O BC explicou que o vazamento ocorreu entre 20 de março e 13 de abril de 2024 e abrangeu as seguintes informações: nome do usuário, Cadastro de Pessoa Física (CPF) com máscara, instituição de relacionamento, agência e número da conta. “Não foram expostos dados sensíveis, tais como senhas, informações de movimentações ou saldos financeiros em contas transacionais, ou quaisquer outras informações sob sigilo bancário. As informações obtidas são de natureza cadastral, que não permitem movimentação de recursos nem acesso às contas ou a outras informações financeiras”, ressaltou o Banco.